Percepção do Turismo no Cotidiano dos Dirigentes: Caso Xingó

Mary Nadja Lima Santos[1]
Jenny Dantas Barbosa[2]

RESUMO: Pesquisa exploratória-descritiva que analisa a contribuição do turismo na região de Xingó, através da percepção dos dirigentes e líderes municipais. Os municípios estudados foram Canindé do São Francisco (Sergipe), e Piranhas (Alagoas), situados no Nordeste do Brasil, unidos pelo rio São Francisco. Contataram-se representantes da comunidade, empresários desses municípios, órgãos públicos, autoridades locais dos dois Estados, além de especialistas da área de turismo, constituindo-se a amostragem não probabilística por conveniência. Entre os resultados alcançados, destacam-se: a inexistência de políticas definidas de turismo nos dois municípios; o surgimento de impactos socioambientais provocados pela construção da Usina Hidroelétrica de Xingó; a estagnação da economia, provocada pela conclusão das obras, o que repercute em todos os setores das comunidades estudadas; e as condições socioeconômicas dificultam o desenvolvimento do turismo. Recomendações são feitas para o estabelecimento de políticas públicas no setor turístico, a fim de que contemplem os aspectos socioeconômicos e ambientais, adequados à região do semi-árido.

PALAVRAS-CHAVE: desenvolvimento turístico, políticas públicas, percepção do turismo, dirigente e líder municipais, Canindé do São Francisco, Piranhas, Sergipe, Alagoas, região de Xingó, Brasil.

1. Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Especialista em Gerenciamento de Empresas de Turismo e Gestão Empresarial (UFS). Atualmente coordenando o projeto curso Técnico de Turismo da Escola Técnica Federal de Sergipe.
E-mail: mary@.infonet.com.br.
2. Docente do curso de Administração de Empresas da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Doutora em Administração pela Universidad Complutense de Madrid, Espanha.
End: Universidade Federal de Sergipe. Departamento de Administração. Av. Marechal Rondon s/nº – Bairro Rosa Elze – São Cristóvão/SE.

ABSTRACT: This paper has caracter exploratory, complemented by the descriptive research with a objective to anlayze the contribuition of the tourism in the área Xingó, through the leadesr's perception and lead municipal. The studied municipal districts were Canindé of São Francisco, Sergipe and Piranhas, Alagoas, placed in the Northeast of Brazil and United by the rio São Francisco. For its accomplishment they were conected municipal authorities, the communities representatives, local entrepeuner and public instituitions of two states, besides specialists of the área of tourism, they participed of the research constituing a sampling non prababilistic for convenience. Enter results got highlight-sae: there aren't political defined of tourism in the two municipal districts; the construction of Usina Hidreletrica of Xingó provoked impacts socioambientais; the conclusion of the works provoked thebstaganation of the economy, that rebound in all the section of the studied communities; the condition socioeconomic hinder the development of the tourism. Some recommentations are made for the establishment of you politicize you publish in the tourist section that contemplate the economic, social aspect and you set, adapted to the area of the semiarid.

KEYWORDS: tourist development, public politics, perception of tourism, municipal leader, Canindé do São Francisco, Piranhas, Sergipe, Alagoas, Xingó region, Brazil.

Introdução

Esta pesquisa faz parte de um projeto mais amplo, desenvolvido por Santos (1999), cuja finalidade foi realizar estudos em municípios turísticos de Sergipe e Alagoas situados na região Xingó, no Nordeste brasileiro; tal projeto deu origem a dois trabalhos distintos: o primeiro tratou de levantar e analisar o produto turístico dos municípios Canidé de São Francisco (SE) e Piranhas (AL); o segundo , objeto deste artigo, tem como objetivos:

- captar a percepção dos dirigentes municipais quanto à contribuição do turismo nas localidades;
- fornecer subsídios para o estabelecimento de políticas públicas no setor turístico que contemplem os aspectos socioeconômicos e ambientais, adequados à região do semi-árido.

Em virtude da complexidade da atividade turística e ao seu crescimento na década de 1930 e, mais precisamente, após a Segunda Guerra Mundial, notabilizou-se a necessidade de ordenar e planejar políticas públicas de turismo. A princípio, não houve grandes avanços, em virtude das dificuldades operacionais de organização e planejamento das estruturas administrativas dos organismos oficiais. Seu maior impulso foi no período de 1948/1952, quando surgiram os primeiros projetos nacionais de turismo na França e Espanha, criados pela própria necessidade do crescimento da atividade turística, o que repercutiu decisivamente na economia, na política e na cultura desses países.

Projetando essa análise para o Brasil, as políticas públicas de turismo inserem-se tardiamente em relação à Europa – 1966/67, o que implica afirmar que essa atividade encontra-se em sua fase transitória, mas com perspectiva de crescimento, pois esse setor representa, para os grandes investidores de mercado, uma das alternativas para o desenvolvimento socioeconômico, especialmente para os países do Terceiro Mundo.

Especificamente com relação ao Nordeste, nos últimos oito anos, essa região vem sendo contemplada por uma política conjunta através da Comissão Integrada do Nordeste (CTI), que visa a sua promoção em níveis nacional e internacional. Essa estratégia gerou a criação do Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR/NE), que tem como principal linha de ação a valorização do produto turístico. Essa atuação se traduz através da implantação da infra-estrutura turística, da valorização e conservação dos recursos naturais, do patrimônio e das manifestações culturais, da capacitação dos recursos humanos envolvidos na atividade e na promoção da participação comunitária, além do fortalecimento das instituições diretamente envolvidas com o Programa.

Nesse contexto, o turismo deve ser considerado uma estratégia para o desenvolvimento socioeconômico e cultural da região. Apesar de existirem poucos estudos realizados sobre o assunto e do processo de estagnação em que se encontrava desde a década de 1980, o turismo, no Nordeste, vem sendo tratado como um dos *redentores* da economia local, com projeções e perspectivas de expressivo tráfego turístico.

O presente estudo tem como objetivo captar a percepção dos dirigentes municipais, quanto à contribuição do turismo nos municípios de Canindé do São Francisco, Sergipe, e Piranhas, Alagoas, e fornecer subsídios para o estabelecimento de políticas públicas no setor turístico, que contemplem os aspectos socioeconômicos e ambientais, adequados à região do semi-árido. Considerando-se a escassez de estudos sobre o tema, pode ser classificada como de caráter exploratório, e a partir desses objetivos, foram elaboradas as questões.

Foi considerado, para fins deste estudo, uma amostragem não probabilística por conveniência. A escolha fundamenta-se em um número reduzido de pessoas que são escolhidas intencionalmente, em função da relevância que apresentam em relação a um determinado tema. Sabe-se, todavia, que na aplicação do princípio de intencionalidade, podem ocorrer distorções relacionadas com as preferências individuais, mas estas são controladas e corrigidas por meio da discussão e a partir de

comparações obtidas em unidades significativas diferentes (Thiollent, 1988). Reforçando essa escolha, Thiollent (1988: 63) afirma:

> A representatividade expressiva pressupõe critérios de avaliação política no seio da conjuntura. A importância social dos grupos mais avançados é maior do que seu peso numérico no conjunto da população.

O público-alvo foi constituído de grupos estratégicos das localidades. Esses representantes forneceram dados sobre políticas públicas e planejamento estratégico municipal, além de percepções, anseios e expectativas em relação à implementação de programas turísticos no município. Também foram consultados especialistas no assunto, para darem suporte a uma análise mais aprofundada sobre o tema.

Inicialmente foram contatados os representantes dos organismos oficiais, empresários e associações das localidades das áreas em estudo, tais como: prefeitos, secretários de turismo, secretários de saúde, secretários de educação, associações locais, empresários das empresas de excursão e recreação local, empresas de hospedagens, restaurantes e casas de entretenimento, mateiros, pescadores e guias da região, entre outros.

Diante das considerações acima, e de acordo com os dados levantados, foram entrevistadas 80 (oitenta) pessoas para a realização dos dois estudos, e realizadas 14 viagens que corresponderam a um total de 63 (sessenta e três) visitas no período de julho/98 a março/99 para os seguintes locais: Canindé do São Francisco (SE), Piranhas (AL), Delmiro Gouveia (AL), Xingozinho/Paulo Afonso (BA) e Salvador (BA).

As informações fornecidas pelos entrevistados foram analisadas, buscando-se conhecer suas percepções e expectativas sobre a implementação de projetos e/ou atividades no setor. Com base nisso, podem-se visualizar algumas propostas que têm por finalidade fornecer subsídios para o desenvolvimento dos municípios aqui estudados.

Convém deixar claro que os resultados desta pesquisa refletem a opinião dos representantes estratégicos da comunidade, quais sejam: prefeitos de Canindé do São Francisco (SE) e Piranhas (AL), secretários municipais de Turismo, Saúde e Educação e representantes de associações das duas localidades estudadas. Cabe ressaltar que a fala de moradores, pescadores e mateiros também contribuíram com a pesquisa como um todo.

Marcos Referenciais das Políticas Públicas de Turismo

A partir da década de 1960, começou a ser disseminada, na maioria dos países europeus, a preocupação com a organização dos planos nacionais de desenvolvimento turístico, como também a criação dos primeiros planos, em nível regional.

Não obstante a data supracitada, a primeira planificação regional do turismo surgiu, dada a sua magnitude, com os *Estudios para la Ordenación Turística de la Costa de Sol,* em 1955, promovidos pela Secretaría General para la Ordenación Econômica y Social de la Presidência del Governo Español. O plano foi orientado para o ordenamento de diversos centros turísticos, mas não consideraram a problemática do desenvolvimento turístico integral da região.

Somente a partir de 1961, foi considerado o planejamento regional, quando o Estado Francês comprou 1.500 hectares de terreno no litoral mediterrâneo, compreendido entre Camargue (França) e Espanha, com o propósito de estabelecer o desenvolvimento do turismo, denominado de *Languedoc-Roussillon*, ligando os dois países. O projeto compreende uma faixa de 180 km de praias, com seis unidades turísticas que reúnem uma infra-estrutura comum às antigas estações balneárias da região, com os novos centros de férias (Acerenza, 1992).

No caso específico do Brasil, após a década de 70, observa-se um interesse em estudos tendenciais para o desenvolvimento do turismo no extenso litoral do Rio de Janeiro e de Santos/São Paulo. Essa faixa litorânea, situada no principal pólo de consumo do país, foi objeto de minucioso projeto de ocupação, sob encomenda da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), que gerou dois documentos básicos: o Projeto Turis,

> que definia a ocupação racional de território compreendido nessa faixa, especificando as vocações de uso de cada trecho nela existente e as Normas para Ocupação do Território (Ferraz, 1992:51).

Durante esse período (1970-1974), a maioria dos países da América Latina elaborou seu próprio Plano Nacional de Turismo. No entanto, os resultados práticos foram inviáveis, em vista do número insuficiente de técnicos nacionais e das estruturas administrativas dos organismos oficiais que estavam, nessa ocasião, despreparadas para tornar tais projetos compatíveis com as realidades regionais. A maior parte dos projetos foi elaborado tomando-se como exemplo os modelos de organismos estrangeiros, tais como: Organização dos Estados Americanos (OEA), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Organização Mundial do Turismo (OMT) e do Banco Mundial -BM (Boullón, 1995).

A formulação propriamente dita da política nacional do turismo foi delegada ao então Conselho Nacional de Turismo (CNtur), extinto na reorganização administrativa do início do governo Collor. Esse Conselho tinha a competência de coordenar e dirigir a referida política, referendada pelo art. 4º, sendo prevista no art. 5º, uma composição colegiada, com participação minoritária da iniciativa privada.

Com a extinção do CNtur, a execução das diretrizes da política nacional de turismo foi confiada à EMBRATUR, atual Instituto Brasileiro de Turismo. Sua competência foi estabelecida com as seguintes atribuições: fomento e financiamento de planos, programas e projetos voltados ao desenvolvimento da indústria de turismo, estudo sistemático do mercado turístico, promoção das atividades turísticas e registro e fiscalização das empresas de turismo.

O Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), concebido pela Organização Mundial de Turismo e traduzido pelo Instituto Brasileiro de Turismo (OMT/EMBRATUR), com o apoio irrestrito do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo (MICT), vem resgatar a qualidade do produto turístico brasileiro, de forma a possibilitar maior integração União – Estado – Município, transformando as localidades de potencial turístico em pólos gestores, fundamentados na auto-sustentabilidade dos recursos naturais, sociais e econômicos. No entanto, na prática, encontra pouca ou nenhuma ressonância na articulação do processo, o que possibilita blocos de decisões fragmentadas, prejudiciais à economia do Estado como um todo.

A importância do turismo despontou para o Nordeste, em 1967, a partir do III Plano Nacional de Desenvolvimento. As áreas que mais se destacaram foram as dos Estados de Alagoas e Rio Grande do Norte, pois a cidade de Salvador, na época, já se constituía um pólo turístico nacional e internacional (Alves, 1998). Essa região, que há cerca de vinte anos não estava incluída como destino turístico do Brasil, encontra-se, atualmente, como a preferida, pelo privilégio de suas praias com sol na maior parte do ano e, ainda, pela segurança que oferece diante da violência urbana dos grandes centros.

Para estimular as viagens internas e dificultar as idas ao exterior, o Governo Federal lançou, em meados de 1997, um pacote econômico, no qual os juros para financiamentos de passagens internacionais são aumentados e as taxas de embarque sofrem majoração. Estimulados com essas medidas, a EMBRATUR em parceria com agências de viagens e companhias aéreas utilizaram a estratégia de oferecer descontos de até 50% em hotéis, operadoras de cartões de crédito e locadoras de automóveis contribuindo, desta forma, para a promoção do turismo interno (Férias: o ano do Nordeste, 1997).

Diante dessas políticas consideradas favoráveis ao incremento do turismo, acredita-se na valorização do potencial de desenvolvimento no nosso Estado, não obstante as reduzidas iniciativas estratégicas por parte do Governo do Estado de Sergipe, aliado às forças responsáveis pelo incremento do setor.

Sergipe é privilegiado por longas extensões de praias, coqueirais, dunas e areia muito fina e, ainda que não tenha o tom azul e verde das águas dos 15 Estados vizinhos, não deixa a desejar quanto à beleza selvagem e semi-explorada. Há, inclusive, pontos inabitados no litoral do Estado, com grande variedade de vida animal e vegetal.

Na década de 1970, houve tentativa de formulação de uma política de turismo em Sergipe, especificamente no período de 1975-1978, sob a responsabilidade da Empresa Sergipana de Turismo (EMSETUR), em consonância com a Política Nacional de Turismo e o apoio do Instituto Brasileiro de Turismo, através dos seguintes empreendimentos:

- incentivo ao incremento da infra-estrutura hoteleira, em nível estadual, registrando um aumento relativo, no período analisado, de 48% - 471 aposentos, em 1974, para 697, ao final de 1978;

- reconstrução de monumentos históricos – cidades de São Cristóvão, Laranjeiras, Propriá e Aracaju;
- promoção de informações turísticas, através da participação de Sergipe em eventos nacionais, com a elaboração de um guia turístico, apoio técnico e financeiro aos eventos tradicionais do Estado;
- implantação do Programa Nacional do Desenvolvimento do Artesanato (PNDA), em Sergipe;
- qualificação profissional (Sergipe, 1979).

A primeira metade da década de 1980 (82 a 86) foi marcada pelo incentivo ao setor turístico, com a construção de dez novos hotéis, seis na capital e quatro no interior; implementou-se o primeiro Projeto Orla, com a construção do calçadão da praia de Atalaia e da rodovia José Sarney, que permitem o acesso às praias do Robalo e Mosqueiro, atualmente locais de grande concentração de empreendimentos voltados para a atividade turística do Estado. Ampliando mais as opções dos turistas que aqui aportam, foram construídas as rodovias Ayrton Sena e dos Náufragos, que dão acesso às praias de Caueira, Abaís e do Saco. Esta última foi reformada e duplicada com o objetivo de descongestionar o trânsito nos feriados e finais de semana. Vale ressaltar que para se chegar a esse complexo de estradas pavimentadas, três períodos se fizeram presentes: 1982/1986 – 1990/1994 – 1996/1999 (Sergipe, 1999).

Apesar do aumento da rede hoteleira, Sergipe ainda é comparável, quantitativamente, aos Estados do Maranhão e Piauí, ficando muito aquém dos vizinhos, Bahia e Alagoas, que têm, respectivamente, 28,03% e 7,82% do total de meios de hospedagem da região Nordeste, só ultrapassados por Pernambuco, que detém sozinho 30,05% (Sergipe,1995).

O grande impulso de formulação e implementação de políticas de turismo no Estado de Sergipe, aconteceu na década de 1990, mais precisamente a partir de 1994, através do programa PRODETUR/NE, proposto inicialmente pela SUDENE e atualmente coordenado pelo Banco do Nordeste, que funciona como agente repassador dos recursos do BID. Esse programa está sendo implementado pelos governos estaduais e pela contrapartida dos Estados (Sudene, 1999a e 1999b).

Nesse entendimento, o PRODETUR/NE vem atendendo à melhoria das condições urbanas, no que se refere ao esgotamento sanitário e ao abastecimento de água nos municípios de Aracaju e Barra dos Coqueiros. Esses municípios foram priorizados, por se constituírem locais estratégicos de acesso ao Estado. Outros investimentos foram realizados, como a conclusão das rodovias ao sul do Estado e ampliação do aeroporto de Aracaju; esta última obra foi concluída e inaugurada em 1998 (Brasil, 1999).

Conforme dito anteriormente, a rodovia ao sul do Estado foi iniciada no período 1992-1994, através da abertura da Rodovia SE-100/Linha Verde/BA, inclusive com rampas de ferry-boat que ligam Aracaju a Salvador/BA. Esse trecho compreende o povoado Mosqueiro até a praia de Abaís (60 km), concluído e os

subtrechos, que vão do Porto de Angola – rio Piauí à rodovia SE-318 – entroncamento com o Estado da Bahia (29,46 km), a concluir. Os municípios beneficiados são: Aracaju, São Cristóvão, Itaporanga D'ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhy e Indiaroba. Cabe salientar que essa rodovia vem sendo construída pelo atual Governo do Estado em parceria com o Banco do Nordeste/BID e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (Brasil, 1999).

Esse Programa vem atendendo ainda à recuperação do Patrimônio Histórico de Aracaju, a saber: restauração dos mercados municipais Antônio Franco e Thales Ferraz e revitalização do centro histórico de Aracaju, obras em andamento (Brasil,1999).

Por conta desses contratos celebrados com o Banco do Nordeste/BID e com o BNDES, o Estado está destinando recursos para a recuperação de uma antiga fábrica de tecidos localizada na cidade histórica de São Cristóvão (SE), a quarta cidade mais antiga do Brasil, transformando-a em centro de produção artesanal. Além disso, esses convênios vêm proporcionando a urbanização das orlas das praias de Caueira, em Itaporanga D'ajuda, Neopólis e Gararu, municípios situados às margens do rio São Francisco, em Sergipe (Brasil, 1999).

Vale ressaltar que esse salto qualitativo, no que diz respeito à formulação e implementação das políticas de turismo, é visualizado por diversos segmentos, tanto pelos setores já relacionados acima, quanto pelos municípios que foram e/ou serão beneficiados por conta desses investimentos, a exemplo da região de Xingó, alvo deste estudo. No entanto, o Estado ainda é pouco ou quase nada divulgado, o que compromete, portanto, o desenvolvimento da atividade turística como um todo.

Tratando-se de Alagoas, inegavelmente rica em belezas naturais – coqueirais, mangues e praias com águas de temperatura amena durante o ano todo –, é considerado um dos locais paradisíacos do Brasil. O interior do Estado também apresenta cenários de rara beleza, como o lago de Xingó e seu cânion em Piranhas, passando pela cidade histórica de Penedo até a foz do rio São Francisco. Em Murici, há a maior área contínua da Mata Atlântica do Nordeste. Outras áreas se destacam: o Parque Nacional do Zumbi, localizado na Serra da Barriga, que representa um marco vivo da resistência negra pela liberdade e a Capital alagoana, Maceió, um dos principais pólos turísticos da região (Sudene, 1999a).

Em Alagoas existem investimentos para atrair maior fluxo de turistas. Há fortes indícios de se investir no Projeto Costa Dourada, uma vez que essa área tem um grande potencial turístico e o litoral mais belo do Nordeste. Essa preocupação de melhorar o produto turístico deve-se ao crescimento do Estado do Rio Grande do Norte; novas empresas foram instaladas em seus dois distritos industriais; além disso retomaram-se antigos projetos que beneficiam o setor turístico, provocando a retirada de fatia do mercado que antes pertencia ao Estado alagoano. Todavia as autoridades de Alagoas não desanimam, mesmo com a severa crise financeira que envolve o Estado atualmente (Nordeste ..., 1996).

Apesar dessa situação, Alagoas sempre esteve à frente na divulgação e promoção do seu Estado. Atualmente, vem sendo executado um projeto de revitalização do histórico Bairro Jaraguá, no Centro de Maceió, em parceria com a

Prefeitura Municipal. Quanto a Sergipe, verifica-se que está aquém desse ideário.

Os estudos sobre planejamento das atividades turísticas e políticas públicas de turismo mencionados anteriormente são contribuições fundamentais para discernir o papel das autoridades locais e de sua importância no processo de desenvolvimento, além de proporcionar, a partir destas informações, subsídios para gerir os recursos naturais e artificiais dos municípios aqui pesquisados.

Resultados e Discussão

Os municípios em questão – Canindé de São Francisco (SE) e Piranhas (AL) –, apresentam um produto turístico representado pelos seguintes atrativos:

- *os recursos hídricos:* rio São Francisco, lago artificial de Xingó e quedas d'água;
- *caminhos pitorescos:* Sítio Vale dos Mestres (SE), Grota de Angicos (SE), local onde morreu Lampião, além do Coito de Corisco/AL, que trata também da história de Lampião;
- *patrimônio histórico e cultural*: destacando-se o município de Piranhas com os seus casarios e prédios que datam do século passado, os museus, as igrejas e as praças, o acervo arqueológico e as manifestações culturais, quais sejam: músicas e danças, artesanato e comidas típicas da região – pituzada, moqueca de camarão e peixe, entre outros.

O recorte feito sobre o tema tratado na outra vertente do estudo, que trata do levantamento e análise dos atrativos turísticos, transporta a discussão para um ponto crucial, objeto deste trabalho: *como estão sendo tratados pelos diversos grupos de interesse, "manifestos ou latentes", os aspectos políticos e socioeconômicos das comunidades receptoras?*

A importância do turismo numa economia depende, fundamentalmente, das condições naturais e econômicas de um país, de uma região ou mesmo de um município, mensuradas através da existência dos atrativos naturais, artificiais, da infra-estrutura urbana, dos equipamentos e serviços turísticos, de acesso ao mercado consumidor e, principalmente, observa-se a importância do turismo para os gestores públicos como estratégia de desenvolvimento econômico.

No desenrolar deste estudo, inferiu-se que o turismo apresenta relevância diferente para cada um dos municípios analisados, uma vez que os depoimentos cedidos por esses grupos de interesse no exercício da administração municipal consideram, em parte, esta atividade como alternativa de desenvolvimento local, o que pode ser constatado nos resultados obtidos nas entrevistas. Inicialmente serão apresentadas as percepções dos entrevistados sobre o papel das políticas públicas para as atividades de turismo nos municípios em questão.

Existência de Políticas Públicas de Turismo na Região

O Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) vem contribuir para melhoria da qualidade do produto turístico brasileiro, mediante um trabalho de conscientização de base, que é o município. Despertar para a importância socioeconômica do turismo no processo de desenvolvimento local é o objetivo primordial deste documento.

Os estudos revelam que os municípios de Canindé do São Francisco (SE) e Piranhas (AL) têm conhecimento desse Programa. No entanto, pouco ou quase nada vem-se estabelecendo no planejamento da atividade turística, conforme será demonstrado no relato que se segue, através das políticas de turismo, da contribuição e/ou do impacto socioeconômico causado pelo turismo.

Para o prefeito de Canindé do São Francisco, existem políticas já definidas de turismo, quais sejam:

> (i) Implantar redes de hots, haja vista que a demanda é superior a oferta de leitos nos três hotéis existentes na cidade, inviabilizando, portanto, um fluxo maior de turistas; (ii) Campo de pouso com 1.600 m² de pista; (iii) Praia naturalista - nudismo; (iv) Cassino, inauguração prevista para maio de 1999, cujos investimentos estão em ordem de R$ 6.000.000,00 - seis milhões de reais (Entrevista 10/09/98).

O secretário de Turismo de Canindé do São Francisco, em relação ao mesmo questionamento, afirma que :

> Não existe ainda uma politica definida de turismo. No entanto, há decisões que contribuem para o desenvolvimento deste, uma vez que já existe 80% do saneamento básico concluído e outros benefícios como: iluminação, utilizando-se vapor de sódio (lâmpada econômica); contempla a iniciativa privada na cessão de galpões e áreas para construção de empreendimentos voltados para o turismo, inclusive, com isenção de impostos; melhoria da qualidade da rede escolar no que concerne à estrutura do prédio, professores qualificados e médias salariais de acordo com a Lei em vigor (Entrevista 20/07/98).

Em entrevista com o presidente da Associação Comunitária N. Sra. da Saúde, presidente em dois mandatos da mesma associação, este afirmou que não sabia da existência de políticas voltadas para o turismo, pois não fora convidado como representante da classe para discutir o desenvolvimento do turismo na região. Segundo ele, o projeto que é desenvolvido em gabinete sem o conhecimento da sociedade, não tem respaldo dos moradores, por isso os resultados não serão satisfatórios.

É curioso que o entendimento sobre o conceito de política difere bastante entre os entrevistados, conforme as respostas dadas. Enquanto o prefeito de Canindé afirma a existência de uma política, o secretário de Turismo é modesto e/ou realista nas suas afirmações. Quanto ao líder de Associação Comunitária, este destaca que, apesar de o turismo representar melhoria para as condições de vida do município, não há uma preocupação dos dirigentes municipais em partilhar essa organização com a comunidade local.

Para o prefeito de Piranhas, o turismo não é uma prioridade na sua gestão, por isso não citou nenhuma política existente na área. A secretária de Turismo do mesmo município afirma que não há política de turismo, uma vez que o relatório sobre políticas para o setor, elaborado pelo antigo secretário de Turismo, não foi repassado à gestão presente. Diante disso, foram promovidas algumas reuniões com os empresários do setor, com vistas ao desenvolvimento do turismo na localidade, porém não geraram grandes avanços. Na oportunidade, lembrou que houve visita de técnicos da Secretaria de Turismo e Serviços e da EMBRATUR, para orientar no planejamento e desenvolvimento do turismo, através do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) na localidade em apreço.

Faz-se mister observar, em sua fala, que a visita dos técnicos da Secretaria de Turismo e Serviços e da EMBRATUR não trouxe grandes resultados, porque o gestor público (prefeito) não tem como prioridade o desenvolvimento do turismo no município. A saída do secretário gerou, nessa nova gestão, uma falta de dinamismo, tanto na organização interna quanto na externa. Deve-se ainda perceber que esta atitude provocou a não confiabilidade do empresariado local; além disso houve falta de apoio do prefeito, o que inviabilizou qualquer procedimento que possa atender às propostas de turismo que tenham como suporte a dinâmica local.

Em entrevista realizada com o presidente da Associação Comunitária do Bairro N. Sra. da Saúde e com o representante da comunidade no Conselho de Saúde, este respondeu, em relação à mesma pergunta, que

> não existem políticas, pois o Prefeito não tem responsabilidade em desenvolver o turismo no município e a Secretaria de Turismo também não vem cumprindo o seu papel – não divulga o patrimônio histórico, cultural e nem trabalha na construção de pousadas.

No entanto, a CHESF e o Banco do Nordeste, em parceria, criaram um projeto que concede linhas de créditos a empreendedores nas áreas de restaurantes, sorveterias, ampliação de mercadinhos, entre outros.

A preocupação do presidente da Associação é quanto à geração de empregos e renda no município, considerando que já houve um curso de capacitação para futuros empreendedores. Esses novos microempresários inclusive já se utilizaram dos recursos fornecidos pelo Banco do Nordeste. Então, surge a questão: de que forma honrar os compromissos com esse órgão, uma vez que não ainda não foram gerados novos empregos e, conseqüentemente, renda no município?

Convém ressaltar que a secretária de Turismo de Alagoas tem idéia da dimensão do benefício que o turismo poderá trazer para o município, no entanto, tem contribuído pouco ou quase nada na organização do setor. Deve-se, todavia, observar que o respaldo do prefeito é de vital importância, para gerar decisões que contribuam com o desenvolvimento do turismo. O prefeito, apesar de achar que o turismo trará intercâmbios socioculturais e comerciais não vê perspectiva em melhorar a vida dos munícipes, através da implantação de equipamentos e serviços turísticos. Quanto ao líder político, este destaca que, apesar de o turismo representar melhoria para as condições de vida do município, não há uma preocupação dos gestores públicos em implantar os recursos necessários que irão desenvolver o turismo local.

Setores Contemplados pelas Políticas Públicas de Turismo

O prefeito de Canindé do São Francisco pronunciou-se, dizendo que tem como prioridade para o município a infra-estrutura turística com a ampliação de rede de hotéis e a construção do campo de pouso e de áreas de lazer diferenciado, a exemplo da implantação de praia naturalista e do cassino. Para o secretário de Turismo, por ordem de prioridade, os setores contemplados são: educação, saúde, infra-estrutura urbana e incentivos à abertura de empreendimentos do setor.

Para o presidente da Associação Comunitária, o setor que deve ser contemplado é a infra-estrutura urbana, através da ampliação do comércio, visando a valorizar, principalmente, o artesanato, a fim de gerar mais empregos e rendas para o município. Questionado sobre o papel do Gestor Público, em relação a essas ações, o presidente tece críticas à ausência de implementação das idéias e à pouca valorização dos funcionários da Prefeitura, conforme se percebe em suas afirmações.

> ... se existe alguma intenção, está no papel. O que confunde a comunidade e os que chegam a esse município, são algumas construções que foram feitas. É bom lembrar que o ônus dessas obras vêm recaindo sobre os funcionários que ficam até 4 (quatro) meses sem receber salários. De uma receita de R$ 1.600.000,00 a 1.800.000,00, apenas 35% são comprometidos com a folha de pagamento.

Convém registrar, ainda, o depoimento de alguns moradores, em relação à construção do campo de pouso e os gastos que serão praticados na montagem da infra-estrutura da praia naturalista; dizem eles:

> outras prioridades devem marcar o desenvolvimento do turismo - geração de empregos, criação de incentivos na produção de artesanato e divulgação dos artigos, promover a conscientização da comunidade e dos turistas para não deixar lixo.

Acrescentam que esses investimentos incompatibilizam-se com a realidade local, pois existem aeroportos nas proximidades, a exemplo do município de Paulo Afonso (BA) e de Aracaju (SE), que atualmente oferecem serviços diferenciados.

Em relação ao município de Piranhas (AL), o prefeito considera que não há setores contemplados por essas políticas, uma vez que ele demonstra, pelas respostas dadas, não ter vontade em fazer acontecer o planejamento organizacional do turismo, nem conceber a sua execução.

Conforme citado em sua fala sobre políticas de turismo, a secretária de Turismo desse município diz que:

- deve haver parcerias entre empresários e gestor público;
- podem surgir contribuições de ambos os lados, a partir desse desempenho;
- deve-se executar o projeto de urbanização conjuntamente com o saneamento básico.

Para o presidente da Associação de Moradores de Piranhas, o setor que deve ser contemplado é a infra-estrutura turística, através da ampliação da rede hoteleira, pois a maioria dos turistas não se hospeda no município por falta de acomodações, ficando, assim, a localidade desprovida desse ganho, beneficiando o município de Canindé.

Complementando esse item, é importante observar o desagrado e o desconforto da maioria dos moradores, em relação à gestão do prefeito de Piranhas. Este, segundo a comunidade, descumpriu as promessas de campanha e relegou a comunidade ao esquecimento, retirando os seus direitos de cidadãos em todos os níveis.

Assim, pode-se observar que o planejamento formal das políticas de turismo vem sendo traçado num âmbito centralizador e desarticulador, uma vez que o presidente de Associação da Comunidade não tem conhecimento destas políticas, tampouco a representação no conselho deliberativo, como determina a orientação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT).

Aproveitamento do Potencial Turístico dos Municípios

O prefeito de Canindé do São Francisco entendeu como ação, apenas a divulgação dos atrativos, quais sejam: visita à Hidrelétrica de Xingó, aos bares e restaurantes às margens do rio São Francisco, Riacho de Angico e, em fase de instalação, o resgate histórico da vida de Lampião - reconstituição das casas de coiteiro do cemitério e de outros adornos referentes à cultura do mito do Nordeste.

Para o secretário de Turismo, já existem ações para o aproveitamento do potencial turístico a exemplo do Programa Nordeste, em convênio com a Prefeitura, que vem atendendo na geração de pequenos negócios, em que são cadastradas 30 a 40 pessoas por mês; parcerias entre a CHESF e a Prefeitura na defesa do surubim – que está em extinção em decorrência do ataque do tucunaré (peixe predador

proveniente do rio Amazonas que se alimenta do surubim) – e na preservação e conservação do meio ambiente, cujos danos foram causados com a instalação da Hidrelétrica. Além desse interesse comum, outros foram estabelecidos, a exemplo da UFS e Prefeitura, para preservação do Sítio Arqueológico existente na área.

Por sua vez, o representante da associação não respondeu à questão, limitando-se a criticar as possíveis ações, conforme se percebe em suas afirmações:

> ... não acredito em ações que são desenvolvidas sem a participação de uma assembléia comunitária constituída, onde todos os envolvidos deverão estar presentes – empresários, comunidade e autoridades locais –, a fim de fortalecer o comércio; jamais dissociados dos compromissos com a folha de pagamento, pois a economia do município baseia-se dos rendimentos recebidos da prefeitura que são na ordem de 60%, isto é, quando não se tem dinheiro o comércio pára.

Tratando-se *de prefeito de Piranhas*, o mesmo acredita que as ações são inviáveis devido à receita do município ser menor que as despesas. Já a secretária de Turismo, dentro de uma visão mais estratégica, considera viável o turismo ecológico, através da divulgação das trilhas, da produção do artesanato, da pesca e da revitalização da ferrovia.

O representante da associação insiste na implantação da rede hoteleira. Acrescenta que deve haver pessoas treinadas em salvação fluvial, pois vários afogamentos já aconteceram na prainha localizada na sede de Piranhas.

Contribuição do Turismo nas Condições Socioeconômicos e Ambientais

A avaliação deste item deve-se não só à contribuição que o turismo pode proporcionar aos Estados e Municípios – dados fornecidos pelas autoridades locais –, mas, principalmente, aos efeitos socioeconômicos e ambientais provocados pela atividade turística. Sabe-se, todavia, que uma avaliação sobre os possíveis efeitos do turismo numa região requer dados estatísticos padronizados e acordados em parâmetros similares de áreas, regiões, e/ou países. Porém, o atual estágio metodológico dos estudos para análise de serviços, em que também insere-se o turismo, encontra-se deficitário nos aspectos referidos. Por isso, para fins deste estudo, serão objetos de apreciação as condições socioeconômicas e ambientais, na ótica dos dirigentes dos municípios estudados, através de fontes documentais e percepção da autora.

De acordo com as afirmações do administrador do município de Canindé do São Francisco, o turismo é uma prioridade no seu mandato, obviamente emparelhado à educação, uma vez que concorrerá para maior geração de empregos e renda, vislumbrando-se, conseqüentemente, uma melhor qualidade de vida da população.

Em seu pronunciamento a ser considerado e que, vale salientar, é a utilização de campanhas educativas para provocar, na comunidade, um novo comportamento de não exploração do turista. Além destas contribuições, o projeto de irrigação, denominado de Projeto Califórnia, implementado pelo governo do Estado de Sergipe, ao custo de aproximadamente US$ 40 milhões, vem-se desenvolvendo há 10 anos; apesar de ser de forma precária, deverá beneficiar o *assentamento de 3.500 famílias*. Entre estas, 200 famílias já foram assentadas, o que corresponde a 800 pessoas. A prefeitura de Canindé do São Francisco tem a responsabilidade na infra-estrutura urbana, com a ajuda do INCRA. Acrescenta ainda que até o final do mês de setembro/98, deverão ser distribuídas mais 40 casas às famílias do referido projeto.

Em sua fala, o secretário de Turismo relacionou vários benefícios já implementados para fortalecer o desenvolvimento do turismo no município. Entre os que foram citados, anteriormente, destaca-se a cessão de galpões e áreas para construção de empreendimentos, o que implica registrar a criação futura de 500 microempresas que atuarão no setor. Alerta, ainda, para a utilização de políticas adequadas, disciplinadas e eficientes, que deverão contribuir para a melhoria das condições de vida dos munícipes.

Para o representante da Associação Comunitária, o turismo sempre é bem-vindo a qualquer cidade, visto que gera empregos, aumenta a arrecadação e gera divisas. Entretanto, para ele, por ordem de importância, a atividade turística está numa faixa intermediária para melhoria socioeconômica da localidade. A opção que mais atende à necessidade do município é a área de agricultura irrigada denominado Projeto Califórnia – sobrevivência do agricultor e modelo de geração de renda na região. Informa que está em fase de implantação o Projeto Jacaré Curituba com as mesmas linhas do Projeto Califórnia e que irá beneficiar várias famílias no município.

Quanto ao prefeito de Piranhas, este não visualiza como as atividades turísticas podem beneficiar as condições da população, uma vez que a prioridade do seu mandato é melhorar a saúde e a educação. A secretária de Turismo acredita que a melhoria das condições socioeconômicas só acontecerá quando houver o engajamento dos dois segmentos – público e privado.

Para o representante da Associação Comunitária, essa contribuição acontecerá a partir do momento em que for favorecida a chegada do turista, através de melhoramento na infra-estrutura da cidade. Isso promoverá a geração de emprego e renda, centrado na parceria entre empresários e autoridades locais.

Equipamentos Turísticos como Gerador de Empregos e Rendas para os Municípios

Em 1998, o município de Canindé do São Francisco recebeu em média 37 mil turistas ao ano, gerando rápido crescimento de empregos diretos, a exemplo de

6 (seis) empreendimentos voltados para os alimentos e bebidas; em média, criam-se 3 a 4 empregos por estabelecimento e mais ou menos mil empregos indiretos, no setor fruti-granjeiro. Há uma projeção para o ano 2000, da criação de 120 (cento e vinte) pequenos negócios. Há ainda uma preocupação no gerenciamento das políticas de turismo, no que concerne à não transformação do município em um simples dormitório e sim num pólo turístico, tanto na alta quanto na baixa estação, segundo o secretário de Turismo do Município de Canindé do São Francisco.

O prefeito de Piranhas não respondeu à questão por não considerar o turismo como prioridade em sua gestão e para a secretária de Turismo, não houve implantação desses equipamentos em gestões passadas, nem na administração presente. Acrescenta, ainda, que "é uma prioridade fazer acontecer o saneamento básico. Após essa execução, pode-se, então, começar a falar de turismo". Convém frisar, em sua fala, que não há interesse do administrador municipal em investir nessa área, pois é uma obra que não aparece e o retorno desse investimento é a médio e longo prazos.

Já o presidente da Associação de Moradores declarou que, com certeza, a implantação de equipamentos turísticos gerará melhorias para a comunidade. No entanto, alertou sobre o papel da comunidade, visto que a mesma não foi preparada para reivindicar seus direitos.

Conclusões e Recomendações

Três aspectos fundamentais podem ser extraídos desse ensaio da percepção dos grupos estratégicos dos municípios analisados, cujo ponto em comum é o rio São Francisco, para o desenvolvimento da atividade turística:

- turismo como estratégia de desenvolvimento;
- turismo como atividade intermediária de desenvolvimento;
- turismo sem perspectiva de desenvolvimento.

No primeiro aspecto, o *turismo* é a *saída* para a *melhoria* das *condições de vida* da *população local*. Existe uma consciência critica sobre o papel do turismo e esse pensamento é externado, com as seguintes afirmações:

- existe a vontade política em estabelecer o desenvolvimento do turismo. É fundamental compatibilizar com a conservação ambiental, especialmente na oferta primordial – rio São Francisco –, que através dele ocorre uma demanda em potencial;
- a contribuição do turismo e os possíveis efeitos socioeconômicos e ambientais vêm-se estabelecendo de forma gradual – aqui e acolá vê-se terraplanagem de terrenos para serem transformados em lojinhas de artesanato, complexo para eventos, acompanhada de bares e restaurantes localizados na praia formada pelo rio. Esse local é desprovido de campanhas publicitárias educativas para o uso racional do ambiente, pois os freqüentadores destes bares jogam latas vazias e

outras espécies de lixo no rio São Francisco. É certo que existem caixas coletoras de lixo em toda a parte, no entanto, a maioria dos usuários não as utilizam;

- as autoridades locais devem voltar os olhares para os bares que *não estão* na proximidade do rio, pois com a expansão estabelecida, estes ficaram à deriva, sem clientes para sua sobrevivência;
- as trilhas ecológicas não são exploradas a contento, visto que necessitam de infra-estrutura para atender o turista. Ganhos monetários, gerados nesse setor, contribuiriam para aumentar as receitas e, por sua vez, criariam excedentes que poderiam ser canalizados para outros setores, promovendo uma diversificação na base produtiva local.
- expansão da demanda pode produzir impactos ambientais, resultantes de suportes que vão além da capacidade infra-estrutural para sustentar esse crescimento.

O segundo aspecto considera que a atividade turística corrobora para o aumento da receita municipal, que tem como verdadeiro suporte de desenvolvimento o Projeto Califórnia, experiência bem-sucedida de agricultura em áreas irrigadas, uma vez que permite o resgate socioeconômico dos cidadãos.

Essa visão tem uma preocupação nas questões ambientais e ressalta a importância da atuação dos órgãos públicos no combate ao uso exacerbado de substâncias poluentes que se estendem sobre as terras do município decorrentes desse projeto de irrigação. Essas substâncias, geradoras de impactos ambientais, podem prejudicar a qualidade de vida da população que produz hortaliças, verduras e frutas e das águas das cachoeiras que podem comprometer mais um produto turístico.

No terceiro aspecto, o *turismo não tem perspectiva de crescimento*. Nessa visão encontram-se aqueles entrevistados que ainda não despertaram para a importância do turismo, nem desenvolveram ações para deslanchar essa atividade. Crêem que o desenvolvimento da atividade turística só pode ser deflagrado através de ações políticas do governo estadual e não vêem isso a curto prazo.

Diante do cenário desenhado através da ótica dos gestores e representantes das comunidades, cabe uma reflexão: não basta ter potencial turístico. As autoridades desses municípios devem procurar meios para minimizar as desigualdades sociais, a fim de causar boa impressão aos seus visitantes, pois sabe-se que uma localidade só é boa para o turista se antes for boa para o munícipe. Para isso é necessário zelo em áreas básicas, tais como educação, habitação, saneamento e saúde.

O despreparo e a falta de vontade política em desenvolver a atividade turística provoca lenta transformação, para atingir os objetivos do programa de municipalização do turismo, que é o de fomentar a participação da comunidade local no processo de desenvolvimento do setor.

Contemplar de forma integrada, equilibrada, participativa e dissociada dos efeitos impactantes – obviamente sem destituir o ser humano do objeto primordial que é sua sobrevivência –, proporcionará do discurso à prática, o resgate das riquezas do local.

Diante dessas considerações, algumas recomendações podem ser feitas baseadas nos trabalhos realizados por outros autores da área, especialmente, Magalhães et al. (1997) e Beni (1997).

Organizar os Municípios

- criar uma legislação municipal que discipline o turismo na conservação e preservação do meio ambiente;
- criar o Conselho de Turismo para melhor organizar e articular as ações, através dos três segmentos – dirigentes públicos, comunidade e empresários –, a fim de minimizar os impactos negativos relacionados aos recursos naturais e à comunidade local;
- em Canindé, deve-se ordenar o acampamento dos sem-terra que está localizado na entrada da cidade, para melhor apresentação do município.
- o prefeito de Piranhas deve criar uma legislação específica que preserve a cidade em caráter de urgência, o tombamento desta ao Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN);
- revitalizar o prédio da antiga estação ferroviária do município de Piranhas, que data do século XIX, para a instalação da Casa de Cultura e Centro de Artesanato;
- em Piranhas deve-se estudar a criação de ruas alternativas que atendam com segurança a deman
  o comércio e a indústria. O desvio deste trânsito, através de marginais, promove a conservação das estruturas dos seus prédios que são antigos e de interesse histórico;
- organizar e gerenciar um calendário de eventos populares, incentivando-os para que aconteçam em épocas regulares durante o ano;
- incentivar a produção do artesanato, das comidas típicas/caseiras·
- promover a sinalização d
  cachoeiras, trilhas ecológicas e históricas –, bem como abrir caminhos de acesso às trilhas e sítios e buscar parcerias, no que tange a treinamentos dos guias turísticos, de forma que não acarrete danos ao meio ambiente;
- promover a conservação e revitalização das cidades, tornando-as visualmente interessantes – logradouros públicos, centro da cidade, área cultural e econômica;
- no que se refere à área de recursos humanos, deve-se qualificar a mão-de-obra dos serviços prestados, inclusive dos próprios empreendedores;
- confeccionar material promocional, no que concerne a mapas ilustrados, guias, roteiros, folhetos e cartões postais, bem como na produção de uma *cartilha acessível* dos pontos turísticos. Essa apresentação deve ser criativa, dinâmica, bem organizada e o mais fidedigna possível, a fim de não criar falsa expectativa ao leitor.

Sensibilizar a População

- deve-se desenvolver um trabalho de conscientização da população de Canindé na preservação das suas origens, através de sensíveis campanhas sobre a importância do processo histórico de como ela foi erguida para o desenvolvimento do progresso. Isso cabe, principalmente, para os dirigentes públicos que estão permitindo o crescimento da cidade, sem um monitoramento urbanístico;
- criar um movimento de cidadãos para *proteção do rio São Francisco* que cubra não só a questão do uso predatório deste, mas também a recuperação do pescado de outrora e coibir a entrada dos dejetos humanos por falta de saneamento. As pessoas que moram nas proximidades do rio profetizam: com a privatização da hidréletrica, o rio deixa de ser um bem público e passa a ser de propriedade privada; a grande questão que paira sobre os habitantes é: como ficarão esses moradores ribeirinhos? Este é mais um motivo para que a comunidade se organize em prol da defesa do rio;
- conscientizar a comunidade sobre a importância da implantação de uma *farmácia viva*, com três objetivos fundamentais: manter um banco genético das plantas medicinais, gerenciadas pela própria comunidade, a fim de possibilitar melhor geração de renda e de empregos;
- promover fóruns de debates, bate-papos informais, filmes e seminários para levar ao conhecimento da comunidade a importância da preservação e conservação do patrimônio histórico e do meio ambiente da sua cidade, visando não só formar mentalidade preservacionista coletiva, como também fortalecer o exercício da cidadania;
- implantar nos currículos escolares do ensino fundamental e médio a disciplina ''Iniciação do Turismo'', pois contribui com a conscientização das crianças, dos jovens e dos adolescentes. Para tal empreitada, pode-se acionar a EMBRATUR, que providenciará os técnicos para uma visita ao município.

Conscientizar o Turista

- fomentar campanhas educativas voltadas para o uso racional do meio ambiente, especialmente no que se refere ao rio São Francisco e as suas margens;
- criar um Centro de Informação de Atendimento ao Turista, em lugar de destaque, que, ao menos, funcione no período de maior fluxo, mesmo que não seja possível usufruir dos serviços diariamente. Esse setor é um grande celeiro para aplicação de pesquisa sobre demanda turística, instrumento eficaz para promover o planejamento estratégico do município.

Isso posto, vislumbra-se a médio e longo prazos o turismo como alternativa de desenvolvimento local, desde que seja regado à solidariedade e não como se apresenta no momento – visando tão-somente ao crescimento econômico –, destituído dos aspectos culturais, sociais e ambientais do lugar.

Referências Bibliográficas

ACERENZA, Miguel A. 1992. *Administración del turismo: planificación y dirección*. 2ª ed. México: Trillas. V. 2.

ALVES, Érica S. 1998. *Levantamento e análise das potencialidades turísticas da antiga e da atual capital do estado de Sergipe: uma contribuição ao planejamento estratégico turístico*. Aracaju, SE. (Relatório Final de Pesquisa PIBIC/CNPq/UFS).

BARBOSA, Jenny D. e TEIXEIRA, Rivanda M. 1997. *O turista de Raracaju: perfil, motivação e percepções sobre a oferta turística*. Aracaju/SE: SEPLANTEC/PRODETUR/SE. (Relatório de Pesquisa).

BENI, Mário C. 1997. Política e estratégia de desenvolvimento regional. Planejamento integrado do turismo. In: RODRIGUES, Adyr B. (Org.). *Turismo e desenvolvimento local*. São Paulo: Hucitec.

BOULLÓN, Roberto C. 1995. *Los municipios turísticos*. México: Trillas.

BRASIL. Ministério da Indústria do Comércio e do Turismo, Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR. 1996. *Política Nacional de Turismo: principais diretrizes, estratégias e programas 1996-1999*. Brasília, 1996.

_____. Programa
Sergipe. Aracaju, SE: SEPLANTEC.

FÉRIAS: o ano do nordeste, 1997. *Veja*, São Paulo: Abril, ano 30, n. 48, dez.

FERRAZ, Joandre A. 1992. *Regime jurídico do turismo*. Campinas-SP: Papirus. (Coleção Turismo).

MAGALHÃES et al. (1997). Diagnóstico e diretrizes turísticas de municípios mineiros: o caso de Itabirito. In: RODRIGUES, Adyr B. (Org.). *Turismo e desenvolvimento local*. São Paulo: Hucitec.

NORDESTE agora vai? 1996. *Exame*, São Paulo: Abril, 606 ed.

SANTOS, Mary N. L. 1999. *Análise do potencial turístico da região de Xingó: uma proposta de desenvolvimento*. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Sergipe.

SERGIPE. Gabinete Civil. 1979. *Mensagem à Assembléia Legislativa no período administrativo de 1975 a 1978*. Aracaju/SE.

_____. 1987. *Linhas de ação para o desenvolvimento de Sergipe 1984-1987*. Aracaju/SE: SEPLANTEC.

_____. [198-]. *Inventário turístico de Sergipe*. Aracaju/SE. V. 1 e 2.

_____. 1995. *Plano Plurianual 1992-1995*. Aracaju/SE: SEPLANTEC. V. 1 e 2.

_____. 1999. *Plano Plurianual 1996-1999*. Aracaju/SE: SEPLANTEC. V. 1 e 2.

SUDENE. 1999a *Região Nordeste: o grande pólo turístico do Brasil*. Disponível <http://www.sudene.gov.br/nordeste/turismo.html> acesso em: 12 maio 1999.

_____. 1999b. *Desempenho socioeconômico da região Nordeste 1960-1997*. Disponível <http://www.sudene.gov.br/nordeste/desempenho.html> acesso em: 12 maio 1999.

TABARES, Fábio C. 1991. *Producto turístico: aplicación de la estadística y del muestro para su diseño*. 2ª ed. México: Trilhas.

THIOLLENT, Michel. 1988. *Metodologia da pesquisa-ação*. 4 ed. São Paulo: Cortez.

Recebido em 22/7/2000
Aprovado em 2/9/2000